

ARQUITETURA EM REGENERAÇÃO. Práticas de cuidado com o solo no “Minhocão” da Gávea, Rio de Janeiro

Ana Clara dos Santos Mesquita¹

Resumo:

Mobilizada por inquietações de um mundo em colapso, em um planeta “quebrado”, esta pesquisa pretende revirar os sedimentos de uma tradição modernista de longa vigência no campo da Arquitetura e Urbanismo, tendo como foco práticas de cuidado no Conjunto Residencial Marquês de São Vicente, conhecido como Minhocão, projeto de Affonso Eduardo Reidy dos anos 1950, no bairro da Gávea, Rio de Janeiro, que será campo, mas é também lugar onde nasci e cresci. Pretende-se com isso buscar possíveis caminhos em práticas contemporâneas sensíveis à complexidade da emergência climática, no contexto do Plantationceno, tendo como base o solo urbano, o cuidado como atividade ética e a contra cartografia como ferramenta de participação e sensibilização para o tema. O destino do caminho proposto neste trabalho será o de investigar possíveis modos de fazer ver ações espontâneas de cuidado que interagem com a arquitetura no seu aspecto talvez mais primordial: o de garantir habitabilidade. E aqui, sobretudo, uma habitabilidade multiespécie. Assim o trabalho desenvolve por meio de entrevistas e desenhos coletivos cartografias das práticas de cuidado laboradas pelos moradores e moradoras do Minhocão, que se sensibilizando com o cuidado com o solo em seu território, dão a ver as fissuras dos binômios hegemônicos como local e planetário, natureza e cultura, tão fundantes do paradigma do desenvolvimento moderno, mobilizando assim o território da arquitetura pela chave da biodiversidade.

Palavras-chave:

Solo; cuidado; arquitetura contemporânea; cartografia; projeto moderno

¹ PUC-RIO Universidade Católica

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

RIO DE JANEIRO

2025

Índice

Caminho

O Minhocão e o projeto moderno

Gaia, Arquitetura e Antropoceno

O Minhocão como célula-tronco

Considerações finais

Bibliografia e Filmografia

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ



Caminho

Mobilizada pelas inquietações de um mundo em colapso, em um planeta “quebrado”, esta pesquisa pretende revirar, pelo menos um pouco, os sedimentos de uma tradição modernista de longa vigência no campo da Arquitetura e Urbanismo, tendo como foco práticas de cuidado no Conjunto Residencial Marquês de São Vicente, conhecido como Minhocão, projeto de Affonso Eduardo Reidy dos anos 1950, no bairro da Gávea, Rio de Janeiro. Pretende-se com isso buscar possíveis caminhos em práticas contemporâneas sensíveis à complexidade do contexto de emergência climática, tendo como base o solo urbano, o cuidado como atividade e a contra cartografia como ferramenta de participação e sensibilização para o tema. O destino do caminho proposto neste trabalho será o de investigar possíveis modos de fazer ver ações espontâneas de cuidado que

interagem com a arquitetura no seu aspecto talvez mais primordial: o de garantir habitabilidade. E aqui, sobretudo, uma habitabilidade multiespécie.

A partir da contextualização da crise política e socioambiental que vivenciamos, este trabalho tomará o conjunto do Minhocão – ou mais precisamente, o único edifício construído do projeto original -como uma espécie de “célula-tronco”, isto é, um elemento em regeneração e regenerador ativado, no caso, por práticas cotidianas de cuidado com o solo realizadas por moradores e moradoras do edifício. A proposta é discutir como essas práticas, em geral pouco ou nada reconhecidas e valorizadas, tem impactado e podem impactar os espaços urbanos construídos e vividos, e contribuir para que a própria arquitetura passe a assumir papel como agente na regeneração do planeta. Dimensão importante dessa escolha é que eu, nessa circunstância, estarei ocupando um duplo lugar: como moradora, crescida no edifício, e como mediadora e cartógrafa de propostas de mapeamento envolvendo grupos de moradores e moradoras. Assim, o fazer desse trabalho é também um retorno à minha comunidade primordial, aproveitando a oportunidade de fazer um estudo que se desvencilha das barreiras (e também vantagens) de um possível “estrangeirismo” em campo.

O trabalho se desenvolve em torno de três pontos. O primeiro ponto tratará do projeto do Conjunto Residencial Marquês de São Vicente, explorando seu contexto histórico e as bases formais e conceituais do projeto moderno que possibilitaram sua realização, dando especial atenção ao modo como o edifício se relaciona com o solo urbano em que se insere. O segundo ponto envolve inquietações mobilizadas pelo crítico contexto contemporâneo, refletindo sobre a arquitetura e seus impactos neste período que vem sendo conceituado como Antropoceno. Em seguida, o trabalho se debruça sobre atividades espontâneas de cuidar, manter e curar o ambiente no Minhocão e como elas se relacionam com a arquitetura, tendo como principal interesse observar que papel essas atividades autônomas e sensíveis podem assumir no processo de regeneração, não somente da própria arquitetura, mas no limite, também do planeta. Todos os pontos são atravessados por mapas feitos em colaboração com alguns moradores e moradoras do prédio a partir da minha mediação, a fim de reunir e dar visibilidade a estas práticas que atuam de modo interestelar e apontam para possibilidades de regeneração, em termos locais e planetários.

Tida tradicionalmente como ferramenta técnica de identificação científica e “inquestionável” do território, a cartografia tradicional, feita a partir de uma mirada superior e supostamente imparcial, marcando limites, serviu em larga medida aos processos de colonização nos quais o Brasil está enraizado, mas vem sendo tensionada, no que se refere tanto à sua prática quanto à representação, a fim de subverter seu caráter totalizante da verdade, do mapa como decalque do território. Neste tensionamento, este trabalho busca apoio na assim chamada “contra-cartografia”, ou “cartografia crítica”, caracterizada pela subversão no uso e nos modos hegemônicos de produção dos mapas, tendo-os não como manual para encontrar pontos no plano ou simplesmente se propor a representar a realidade, mas como uma ferramenta de sensibilização e intervenção

em jogos de forças complexos. Assim, buscou-se uma prática cartográfica que fosse uma atividade de “comunar” a partir de atividades de brincar e de cuidar no/do solo.

A compreensão de que cartografar é traçar um plano comum, desenvolvida por Virgínia Kastrup (2013)², é de imenso valor ao trabalho. A autora compreende a cartografia como um método de pesquisa-intervenção, que opera sobre um coletivo de forças e que desta maneira, ao traçar um plano comum e heterogêneo, atenta também para o que é omitido nos mapas convencionais, defendendo que a cartografia disputa a construção de um mundo comum, uma disputa que nunca se encerra. Kastrup lembra que

O conceito de comum se define por sua consistência experiencial e concreta e constitui um desafio a ser permanentemente enfrentado, não sendo jamais conquistado de modo definitivo. Não sendo algo que se possa supor já dado, o comum se produz por procedimentos que vão à jusante da experiência, acompanhando as práticas concretas que comunam, uma vez que realizam partilha de um bem comum e, conseqüentemente, criam o efeito de pertencimento. (KASTRUP, Virginia ; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. 2013)

Vem daí, portanto, a primeira pergunta que guia a pesquisa: por quais caminhos, com quais ferramentas, iremos habitar um solo comum? Aos moldes tradicionais do ocidente, a construção, que é a matéria da arquitetura, se apresenta como um problema em um planeta cada vez mais debilitado. Essa encruzilhada solicita dos arquitetos e arquitetas respostas criativas não só para lidar com o que ainda será construído, mas, talvez principalmente, com o presente e o porvir do que já constitui nosso ambiente construído: cidades e florestas. Diante disso, esse trabalho se ocupará do desafio de fazer ver, através de mapas críticos, algumas das redes de relações multiespécies, de vida e não vida que permeiam o solo da arquitetura e da cidade no Minhocão hoje.

Minhocão e o projeto Moderno no Brasil

Obra chave da arquitetura modernista localizado no Rio de Janeiro, o Conjunto Residencial Marquês de São Vicente, mais conhecido como Minhocão, foi projetado por Affonso Eduardo Reidy durante sua atuação como diretor de urbanismo no Departamento de Habitação Popular e implementado por Carmen Portinho, que ocupava a diretoria de Obras e Viação e foi fortemente responsável pela defesa dos conjuntos habitacionais como estratégia para resolver a questão da habitação proletária. O projeto foi desenvolvido entre os anos de 1950 e 1953 e é um marco referencial da arquitetura modernista para habitação popular no Brasil. Dimensão importante para tomá-lo como objeto de estudo neste trabalho é o seu histórico de incompletudes, primeiro pela inconclusão do projeto integral, e posteriormente (1981) pela sua mutilação para passagem da

2 KASTRUP, Virginia ; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. 2013. p.267. in Fractal: Revista de psicologia. v. 24- n 2. p. 263-280

autoestrada Lagoa-Barra. A essa dimensão se soma o modo como o se relaciona com o sítio em que se insere e como trata a questão da habitação de caráter social.

Observando aspectos técnicos e formais do projeto, é importante compreender o período em que ele foi idealizado e assim contextualizar os pressupostos e formulações que ele materializa. Os anos 1950 marcam um período chave para o pensamento modernista no Brasil, com reconhecimento internacional e muitas obras de escala notável, tendo muita atenção para a questão da habitação, no contexto do pós-guerra e que no Brasil foi muito relativo às pautas decorrentes da aceleração urbana e ao processo de industrialização.

A criação do Departamento de Habitação Popular, em 1949, por parte da Prefeitura do Rio de Janeiro, Distrito Federal na época, é um evento marcante neste cenário, pois representará a institucionalização dos pensamentos de democratização da habitação. Para Carmen Portinho, que foi agente imprescindível para realização das principais obras geridas pelo DHP, a habitação ultrapassava a casa, “englobava significados mais amplos e referia-se às condições gerais das moradas, dos moradores e moradoras, somente realizadas plenamente com a disponibilidade dos serviços adjacentes ao teto propriamente dito”³.

Pensado para ser uma unidade de vizinhança destinada a servidores públicos e moradores que ocupavam o Parque proletário da Gávea (fig. 13) vindos em sua maioria de remoções forçadas, feitas na década de 1940, e que somavam aproximadamente 955 barracões em situação de vulnerabilidade, o projeto para o Minhocão previa a construção de 748 apartamentos somados aos equipamentos urbanos como creche, hospital e atendimento de serviço social (fig. 14), que eram os serviços adjacentes, defendidos amplamente no sentido de tratar a habitação como um problema social e que dialogava com desenvolvimento do pensamento feminista que se estruturava no Brasil desde a década de 30, refletindo a discussão sobre o trabalho feminino e os direitos civis das mulheres e que teve Carmem Portinho à frente destas pautas. Assim, os conjuntos residenciais do DHP previam unidade mínima de habitação e serviços anexados, tendo como exemplar o Conjunto Prefeito Mendes de Moraes, conhecido como Pedregulho, que foi executado entre os anos 1950-1960, inaugurado também incompleto. No decorrer da execução, o projeto do Minhocão sofreu muitos questionamentos quanto ao alto investimento, teve as obras interrompidas tendo sido somente o bloco A construído.

Outro evento imprescindível para compreender o Minhocão em seu registro histórico é o plano de Le Corbusier para o Rio de Janeiro, iniciado em sua primeira visita à cidade em 1929 (figs, 02 e 03), e retomado na sua segunda viagem visita, em 1936,. A partir de um voo de avião, Le Corbusier desenha sobre a topografia do Rio um edifício autopista, elevado do solo graças à tecnologia do concreto armado que permite a elevação do edifício sobre pilotis, que atravessam o relevo e as florestas e alcançam o mar. Estes desenhos expressam profundamente seu modo de conceber a paisagem que será “a baliza central da arquitetura moderna no Brasil”

3 NOBRE, Ana Luiza; DO NASCIMENTO, Flávia Brito. “Deve ser uma feminista muito chata” Carmen Portinho e a dimensão feminina do Pedregulho, 2021. in Catálogo 17 Bienal de Arquitetura de Veneza - Utopias da vida comum. p 118.

(NOBRE, Ana Luiza. 2011). Este modo consiste no entendimento de que a paisagem é construída pela arquitetura, como demonstra Ana Luiza Nobre (2011)⁴ ao observar um outro arranjo de desenhos (fig. 04) também de Le Corbusier, no qual um homem é representado sentado comodamente em uma poltrona num interior límpido em frente a um pano de vidro, pelo qual vê o contorno do Pão de Açúcar. Através da arquitetura, contempla a natureza, seu intelecto constrói a paisagem.



(imagem 1 e 2)

Neles (nos desenhos) reside a própria definição moderna da relação entre arquitetura e natureza: a arquitetura edita a natureza, ordena-a, lhe dá medida e sentido, ao mesmo tempo em que dela se distingue ao se definir como produto de cultura, isto é, da técnica e da razão humana.[...] Cabe à arquitetura, afinal, estabilizar a paisagem. No Brasil, no entanto, será preciso ainda estabilizar o solo. (NOBRE, Ana Luiza. Arquitetura moderna e paisagem. 2011)

Os arquitetos e arquitetas brasileiros influenciados pela matriz corbusiana do projeto moderno, são, de fato, confrontados com um quadro bastante problemático, como descreve João Masao Kamita (1993)⁵, ao experimentarem a estranha contradição de construir num território em que a natureza insiste em manter suas prerrogativas.

Essa situação conflituada atinge diretamente aquilo que está na base da arquitetura: o Projeto. Assumindo possibilidades distintas, o projetar terá as mais diversas faces, buscará as mais variadas mediações para atenuar ou até mesmo exacerbar o embate travado entre Natureza e Cultura. (KAMITA, João Masao. Experiência moderna e ética construtiva. A arquitetura de Affonso Eduardo Reidy. 1993.)

Sendo assim, a operação de elevar o edifício interessa a este trabalho não somente por ser a operação pela qual o projeto de Reidy para o Minhocão se estrutura, mas pelo próprio entendimento do solo apenas como base de sustentação, para onde escoam todas as forças físicas do edifício e que é muito presente nas decisões de projeto.

4 NOBRE, Ana Luiza. Arquitetura moderna e paisagem. In: Museu: observatório - Eduardo Coimbra. Organização de Renata Marquez, Belo Horizonte: Museu de Arte da Pampulha, 2011.

5 KAMITA, João Masao. Experiência moderna e ética construtiva. A arquitetura de Affonso Eduardo Reidy. 1993.

Ao olharmos para a arquitetura do Conjunto Residencial Marquês de São Vicente, podemos notar seu parentesco com o plano de Le Corbusier, do ponto de vista do volume solto do chão, estruturado por pilares, a escala urbana e sua forma curvilínea. Por outro lado, diferentemente dos desenhos-ideia de Le Corbusier, o projeto para o conjunto habitacional da Gávea lida com as limitações da matéria, aspecto construtivo muito presente na obra de Reidy, no seu esforço estrutural. E aqui a diferença que mais me interessa: o movimento de uma edificação que abraça a encosta e serpenteia, tocando o solo no sopé da colina existente (figs 16 e 17), expressando uma rara sensibilidade geográfica entre seus contemporâneos.

Como maneira de evitar movimentos de terra, a contornar a encosta no plano horizontal e se afastar do solo no plano vertical, o Conjunto do Minhocão apresenta uma solução estrutural inovadora e desafiadora: a execução de um arco estrutural (fig. 18) que distribui as forças para o solo em sentido diagonal e que se localiza sobre o ponto de maior reentrância, que no projeto era uma espécie de esplanada que dava acesso a um teatro de arena não executado, cuja entrada era a própria estrutura do edifício..

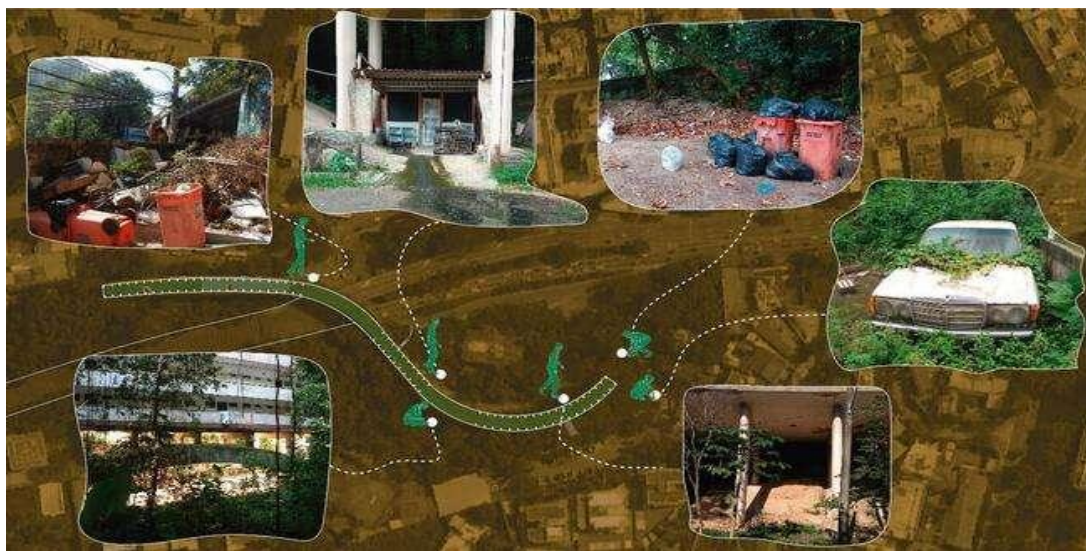
Nos anos de 1981 e 1982, durante o período da Ditadura Militar no Brasil, é iniciada a construção da Autoestrada Lagoa Barra, que configura mais uma marca de ruptura na história do conjunto residencial. Abre-se uma disputa quanto ao trajeto que seria feito pela via, que já havia sido desenhada por Reidy, e cujo traçado passava pelo terreno pertencente à PUC-Rio. Nesta disputa, fica decidido o traçado da alternativa 2 (figura x), ignorando o trajeto proposto pelo DHP. Então é iniciada a demolição de parte de dois blocos do Minhocão, removendo 21 apartamentos do primeiro e segundo pavimentos.

Após a demolição dessas unidades, outros três edifícios foram construídos na cota superior do terreno, atrás do bloco serpenteante, para realocar os moradores removidos. A mutilação produz uma série de tensões e para além de questionar a dimensão do esforço proferido para perfurar o edifício, privilegiando as instalações da PUC-Rio, a construção da autoestrada cria uma cisão nos dois primeiros pavimentos, que antes podiam ser percorridos de ponta a ponta do edifício, bem como no seu nível térreo, violentando aspectos primordiais do projeto arquitetônico. O edifício hoje apresenta nítidas degradações estruturais, exibindo fissuras, infiltrações e altos níveis de abandono em suas feições e que aqui são evidenciadas a fim de reconhecer os processos entrópicos que são inerentes a arquitetura e a cidade, e que não raramente são negligenciados por arquitetos. Somadas às tantas bruscas intervenções, o conjunto do Minhocão torna-se como exemplo emblemático das disputas por solo no meio urbano – e de modo mais amplo, das disputas por terra que vem se acirrando no Brasil, e estão profundamente ligadas a seu processo de colonização (TAVARES, Paulo. 2020)⁶.

Mapa de pontos críticos

Considerando o histórico do Minhocão e suas condições atuais, a primeira atividade de mapeamento desenvolvida foi organizada com a intenção de apontar para alguns pontos críticos do território do edifício. Estruturado como um passeio, tendo me representado como personagem, reforçando a dimensão do meu olhar enquanto cartógrafa e moradora, este mapa propõe que possamos visualizar locais nos quais são notáveis graus de tensão e/ou degradação. Às vezes por abandono, às vezes por práticas poluentes ou em alguns casos de encontro entre a edificação e o solo, por exemplo. Mapear esses lugares significa também evidenciar aspectos de negociação e disputa.

Os elementos gráficos reunidos em uma imagem única têm como suporte uma fotografia de satélite, que no caso deste mapa (e nos demais elaborados aqui), mais do que se utilizar do aspecto científico e absoluto das imagens de satélite, tem o desejo de brincar com as duas dimensões - a planetária, que possibilita um satélite em órbita, e a local, na qual a minha auto representação pode tocar o chão. Sobre esta base o Minhocão e o túnel são destacados por suas linhas de contorno, reforçando a referência à obra arquitetônica da qual derivam os pontos, associados a fotografias feitas por mim. Desta maneira, este mapeamento dá mostras de pontos críticos, normalmente pouco vistos por quem não mora ou convive com o edifício, como áreas de manejo de resíduos, esgoto a céu aberto, encontro da edificação com a mata e solos áridos e/ou degradados.



(Imagem 3)

Gaia e Arquitetura no antropoceno

A assim chamada “hipótese de Gaia”, elaborada por James Lovelock (1979) e fortalecida no trabalho de Lynn Margulis, compreende que o planeta Terra é um sistema biogeofísico, um superorganismo vivo com sistema de auto regulação da vida, e também de modo ambíguo, uma entidade que se torna uma potência ameaçadora e imprevisível e causa uma generalizada sensação de desorientação e pavor em seus habitantes.

Neste sentido, a chamada “teoria de Gaia” é como uma convocatória a uma nova maneira de ocupar e habitar o planeta, levando em consideração a série de transformações socioambientais em curso nas últimas décadas.

A escala destas transformações, marcadas por desastres socioambientais como o aquecimento da biosfera, extinção de múltiplas espécies e aumento alarmante das desigualdades socioeconômicas, instaura um novo tempo que vem sendo definido como Antropoceno. Esse novo período geológico compreende, mais que o tempo histórico, um tempo biogeológico em que os desastres ecológicos possuem forte raiz humana, borrando as percepções temporais convencionadas, no qual o ambiente muda mais rapidamente que a sociedade. Proposto por Crutzen e Stoermer (2000)⁷, o termo Antropoceno desloca a espécie humana, como sintetiza D. Chakrabarty (2009)⁸, de um simples agente biológico em força geofísica importante, isto é, em um fator causal de magnitude capaz de alterar as condições bio termodinâmicas do planeta.

Aspecto importante que deve ser considerado aqui, como alerta Joana Boehnert (2018)⁹ é o fato de que o próprio termo Antropoceno torna opaco que não é toda e qualquer ação humana que produz essa fratura no corpo do planeta Terra, mas uma “atividade” bem específica da indústria corporativa que causa essa catastrófica perturbação ecológica. Na história recente do planeta, compreendida aqui a partir das primeiras constatações de alterações no clima durante a Segunda Guerra Mundial, uma sequência de evidências revela os impactos que o modo de produção na modernidade imprime no Sistema Terrestre. A fim de evitar generalizações, o aspecto da modernidade que permeia o trabalho refere-se a como é tratado o binômio Cultura e Natureza. Como uma oposição, na qual através da primeira se pode dominar a segunda, que Bruno Latour (2020)¹⁰ descreve como um projeto em que “tudo concede às causas e nada às consequências”. A “causa” seria um imaginário totalizante de progresso e as “consequências” as evidências de uma transformação aterrorizante no fluxo da vida na T(t)erra¹¹. Essas evidências vão desde as primeiras constatações do aumento da temperatura no planeta até o vertiginoso aumento das desigualdades socioambientais nos últimos quarenta anos.

Vivemos hoje o que foi configurado como novo regime climático¹², no qual uma das bases fundantes da modernidade ocidental encontra uma barreira radical, que é a da impossibilidade material de ininterrupto “desenvolvimento” a partir da visão de que Natureza é uma espécie de cenário para suas ações. E se antes os alarmes eram projeções, hoje são parte da realidade com cujos efeitos já convivemos.

7 CRUTZEN, Paul J; STOERMER, Eugene F. O antropoceno. 2000. newsletter Global Change.

8 CHAKRABARTY, D. (2009) “The climate of history: four theses”. Critical Inquiry, 35: 97-222.

9 Apud FITZ, Angelica; KRASNY Elke. Critical Care. Architecture and Urbanism for a broken planet. p 11. MIT press, 2019.

10 LATOUR, Bruno. Face À Gaia. 2020. p.95.

11 ver NOBRE, Ana Luiza. Aproximar-se do chão in Habitar o antropoceno. p.92.

12 A expressão “Novo Regime Climático” é apresentada em Bruno Latour em Face à Gaia. Huit conférences sur le Nouvear Régime Climatique, Les Empêcheurs de penser en rons, Paris: La Découverte, 2015. Edição brasileira Diante de Gaia, São Paulo: Ubu, 2020.

A crise que persiste atinge o campo da arquitetura de maneira muito direta e desafiadora, considerando que a arquitetura tem sido uma brutal força responsável por alguns dos mais graves danos antrópicos ao planeta. A exemplo disto, no ano de 2020, a massa antropogênica, que corresponde aos materiais processados a partir de matéria prima, mais que dobrou em relação aos dois anos anteriores e ultrapassou os valores absolutos de biomassa no planeta, conforme pesquisa realizada no Institute of Social Ecology (fig. 01). Esse estudo que considera desde o início do século XX, entre aponta que os principais materiais responsáveis por esse recorde estão tijolos, concreto e asfalto. Materiais chave do vocabulário arquitetônico ocidental, em um mundo superpopuloso.

Este impacto que a arquitetura imprime no planeta não se resume aos seus materiais, porém, mas se estende também às tecnologias e ideais que sustentaram a arquitetura modernista. Essa violência tem a ver com a brusca intervenção nas relações biológicas e abióticas existentes, muito arraigada na mentalidade colonial que molda a construção do “mundo novo”. Reconhecendo essas tecnologias de dominação sobre o planeta no e com o qual vivemos, Angelica Fitz e Elke Krasny (2020)¹³, no livro “Critical Care. Architecture and Urbanism for a broken planet”, atentam para como esse modo é estruturante do projeto modernista em arquitetura, que está na origem do. Conjunto do Minhocão.

Modernidade e, particularmente, modernismo em arquitetura e planejamento urbano foi baseado na ideologia de progresso como promessa de construção de um futuro melhor. Isso foi amplamente conquistado considerando a existência e adoção da atitude colonial do quadro em branco ou tábula rasa. O futuro foi construído por cima da aniquilação do existente. (FITZ, Angelica, KRASNY Elke. Critical Care. Architecture and Urbanism for a broken planet. 2019. p 12)

Este aspecto, da violência, é o problema com o qual devemos e queremos seguir, no que diz respeito ao modo de se pôr diante dos fatos. Proposto por Donna Haraway (2019)¹⁴ em “Seguir com el problema”, a postura de acolher a coexistência das contradições é a tarefa para nos tornamos capazes de responder aos tempos turbulentos. Aqui, será tomado como modo de assimilar as características e operativas que tornam arquitetura uma força tão violenta no corpo do planeta, para pensar e mobilizar outros caminhos e dimensões da disciplina como forma de entendê-la como possível participante da regeneração de Gaia, como um ofício de cuidado.

Nossa tarefa é gerar problemas, suscitar respostas potentes a acontecimentos devastadores, aquietar águas turbulentas e reconstruir lugares tranquilos. Em tempos de urgências, é tentador tratar o problema imaginando a construção de um futuro seguro, impedindo que ocorra algo que se concretize nesse futuro, pondo em ordem presente e passado para criar futuros para as gerações vindouras. Seguir com o problema não requer deste tipo de relação com os tempos chamados futuros. Assim, seguir com o problema requer aprender a estar verdadeiramente presentes, não como um eixo que se esfuma entre passados horríveis ou edênico e futuros apocalípticos ou de salvação, e sim como bichos mortais

13 FITZ, Angelica; KRASNY Elke. Critical Care. Architecture and Urbanism for a broken planet. p 11. MIT press, 2019.

14 HARAWAY, Donna. Seguir con el problema: Generar parentesco en el Chthuluceno. Edición Consonni, Bilbao, 2019.

entrelaçados por miríades de configurações inacabadas de lugares, tempos, materiais, significados. (HARAWAY, Donna. Seguir con el Problema. 2019)

Fazendo desta proposição um desígnio, a questão, então, passa por como tratar a arquitetura a partir da escassez, da vulnerabilidade diante de uma natureza que não corresponde às imposições modernas. Em “Colonization, Violence, Resistance”, Ignasi Solá-Morales (1993)¹⁵ chama atenção para o fato de que algumas chaves de análise e movimentos dentro da modernidade buscaram negociar o aspecto violento da construção civil, a fim de impor ao ambiente uma ordem pacificadora, transmitida pela técnica racional humana. No Brasil a questão da lida com o ambiente e a paisagem ganha mais peso graças ao modo como a natureza se expressa nos trópicos, no ‘Mundo Novo’, antes interpretada como terra virgem.

Há muita hipocrisia no contextualismo, na proteção do ambiente construído, no ‘vernaculismo’ e ‘ecologismo’. Uma tela de fumaça vela a genuína violência e destrutiva natureza da arquitetura e a radical mutação que cada ato de construir impõem no ambiente. Seria melhor aceitar explicitamente de uma vez por todas a dimensão traumática da construção, em vez de tentar tempo após tempo justificar a violência da arquitetura em nome de uma harmonia e equilíbrio puramente ficcional. (SOLÁ-MORALES, Ignasi. Colonization, Violence, Resistance. Revista Anyway. 1993. tradução nossa)

O exercício de aceitar a dimensão traumática da construção, então, servirá como diretriz para tecer outras maneiras de agenciar, interagir e observar o objeto arquitetônico, que nas últimas décadas tem sido eximido dos seus reais efeitos pelo discurso de uma possível sustentabilidade. Popularizado no pelo documento Nosso Futuro Comum da ONU em 1987, o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ter amplitude e reverberar nas relações econômicas, instaurando um alerta para a condição de esgotamento dos recursos terrestres. Não de forma inocente, a ideia de sustentabilidade articula uma falsa conciliação entre capitalismo extrativista e a persistência dos ecossistemas. A famosa definição “atendimento às necessidades presentes sem comprometer a habilidade das gerações futuras em atenderem às suas próprias necessidades”¹⁶, evidencia ainda os pressupostos do desenvolvimento que de nada abre mão, negocia apenas os modos de consumo e nunca os de produção, sempre a partir da promessa de um futuro melhor.

Desde sua popularização, o modelo de desenvolvimento sustentável foi altamente assimilado pelo mercado de arquitetura e como critica Joan Tronto (2020)¹⁷, através de selos e parâmetros de compensação, estabeleceu-se tratando mais de materiais e técnicas aplicadas do que de suas interrelações com o meio, fauna da qual fazemos parte e flora, priorizando o que compõe materialmente a construção e negligenciando o monitoramento contínuo de seus efeitos. Em um retrospecto histórico, Dipesh Chakrabarty (2019)¹⁸ ressalta,

15 SOLÁ-MORALES, Ignasi. Colonization, Violence, Resistance. Revista Anyway. 1993. p.120.

16 Comissão Mundial de sobre meio ambiente e desenvolvimento. Relatório Nosso Futuro Comum Brundtland, 1987.

17 TRONTO, Joan. Caring Architecture in: Critical Care. Architecture and urbanism for a Broken Planet. 2020. p.28.

18 CHAKRABARTY, Dipesh. O Planeta: uma categoria humanista emergente. Revista Critical Inquiry 46, 2019. p.8.

por isso, o aspecto altamente político de sustentabilidade, que considera as inovações nos assuntos humanos uma discussão sobre o bem-estar de quem ainda nem nasceu.

As primeiras menções à ideia de sustentabilidade/ durabilidade remontam à experiência da agricultura na Europa em seu período de expansão, e que no início do séc XIX ganha dimensão quando “novos entendimentos sobre a ciência dos solos e as práticas agrícolas se combinaram para desenvolver a ideia de uma circulação de nutriente essencial nos ecossistemas”. Esse histórico ressalta o âmbito técnico e instrumentalizador no qual a sustentabilidade se estrutura, pondo os interesses humanos em primeiro lugar.

Ainda analisando os aspectos históricos da sustentabilidade, Dipesh Chakrabarty articula paralelamente o conceito de habitabilidade, correlacionando o primeiro ao global e o segundo ao planetário. O global, segundo ele, refere-se à como os seres humanos forjaram historicamente um sentido ao globo a partir de seu mapeamento, comércio, navegação. Já o Planetário, não é protagonizado pela vida humana ou pela humanidade, mas pela vida complexa e multicelular em geral, sendo a Terra um planeta entre tantos, não o único. Essa distinção caberá nesta pesquisa para justificar o uso da categoria planeta e como ele mobiliza a questão da habitabilidade.

Visto que a arquitetura tem sido uma disciplina globalizante, projetada e construída por e para humanos, tratá-la a partir do planeta significa deslocar o protagonismo humano e compreender a arquitetura como um dispositivo interespécie, capaz de negociar com a diversidade viva e não viva que irremediavelmente se faz presente. Assim, a arquitetura poderia ser observada pela lente de mediar a habitabilidade para além da espécie humana.

Essa leitura da arquitetura será chave para a ótica que a pesquisa desenvolve sobre o Minhocão e seus habitantes, sob uma perspectiva multiespécie.. No que diz respeito à técnica, entendemos, com Emanuelle Coccia (2020)¹⁹, que essa é extensível a todos os seres, divergindo do mito platônico de que diferente das outras espécies, os seres humanos são desprovidos de potências inatas e por isso possuem linguagem e a tecnologia para suprir-lhes a falta física e fisiológica. Do ponto de vista do autor, essa é, na verdade, uma ideia narcisista, que faz da técnica o instrumento de humanização do mundo, atribuindo apenas aos seres humanos a capacidade de manipulação arbitrária e contingente do real.

Dos vermes até às plantas, na verdade, estar vivos implica modificar radicalmente o espaço ao redor e fazer com que esse espaço seja habitável, enquanto antes não era. Essa extensão da técnica a todas as espécies é importante porque nos faz entender que qualquer espaço natural é um artefato, é um espaço artificial. Toda a vez que entramos num espaço como esse, que possui uma aparência absoluta de naturalidade, na verdade estamos entrando num espaço no qual cada vivente modelou a realidade ao seu redor e negocia todo o dia com as outras espécies a forma do mundo no qual está vivendo. Portanto, nós também temos que aprender a reconhecer que o espaço em que vivemos é um espaço artificial e que precisamos negociar essa paisagem com as outras espécies e que tudo é um artefato. (COCCIA, Emanuelle. A lagarta e a borboleta. 2020 p. 9)

19 COCCIA, Emanuelle. A lagarta e a borboleta. 2020, p. 9.

Diante destas proposições, o desafio ao olhar para o Conjunto Habitacional Marquês de São Vicente hoje consiste em reconhecer o que há nele de degradação, mas também de regeneração e cuidado por uma perspectiva crítica e relacional, olhando sensível e atentamente para o solo urbano.

A decisão de olhar para o solo resulta, assim, de uma tomada de posição ética-política em face de alguns dos maiores desafios que se colocam para a arquitetura hoje. Para a pedologia, ciência dedicada ao estudo do solo, o solo é o resultado da decomposição de uma rocha-mãe pela ação da temperatura, da água, dos ventos e então é transformado pela interação do clima, dos organismos e da própria rocha-mãe. Sendo assim, o solo pode ser entendido como uma relação alocada num espaço e num tempo, com seus parentescos. Como mostra o documentário “Symphony of soil” (2014), em que o solo é investigado em suas composições e características próprias, e definido como uma interface entre biologia e geologia”, um sistema de camadas de relações. Uma espécie de pele viva da Terra. Sem deixar de lado essa definição, gostaria de focar em uma interpretação que desloca solo da propriedade, da compreensão de uma simples superfície, no seu sentido estático, como propõe Latour (2019)²⁰ ao afirmar que “O solo, no novo sentido proposto, não pode ser apropriado. Pertencemos a ele; ele não pertence a ninguém”.

Pleno de relações, os solos são também importantes reservatórios da biodiversidade no planeta, entre microrganismos a fauna e flora, o que os torna imprescindíveis para a manutenção da vida. Lançado no ano de 2020, o documento “State of knowledge of soil biodiversity”²¹, realizado pela Food and Agriculture Organization of the United Nations, é resultado do extenso trabalho de analisar as condições, a diversidade e sua relevância no contexto atual. Desertificação, erosão e extinção massiva são alguns efeitos antropogênicos que acometem a saúde dos solos e que interferem na segurança alimentar e na biodiversidade, por exemplo. Chamar atenção para a questão do solo, portanto, é questionar os modos de interagir com esse elemento que é a fonte dos nossos alimentos e o maior sequestrador de carbono, como mostrado no filme *Kiss the ground* (2020), que apresenta diversas maneiras de regenerar os solos para mitigar a queima de combustíveis fósseis, principal responsável pela liberação de carbono na atmosfera e que produz este forte impacto no aquecimento do clima.

A escolha pelo termo solo passa também por outras categorias como a de chão, que se por um lado, como analisa Ana Luiza Nobre em “Tanto chão”²², é entendido a partir da etimologia *planus*, do Latim, ou

20 LATOUR, Bruno. Onde aterrar. Como se orientar politicamente no Antropoceno. 1. ed. – Rio de Janeiro : Bazar do Tempo, 2020.

21 FAO, ITPS, GSBI, CBD and EC. 2020. State of knowledge of soil biodiversity Status, challenges and potentialities, Report 2020. Rome, FAO.

22 NOBRE, Ana Luiza. Aproximar-se do chão. in: Arquitetura atlântica: deslocamentos entre Brasil e Portugal / organizadores: Ana Luiza Nobre, João Masao Kamita. –São Paulo: Romano GUerra; Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2019. p.158.

seja o que é austero e sem relevo, tem também uma outra leitura de “um registro mais poético, em que o chão ganha uma dimensão existencial quando relacionada à base primordial em que firmamos os pés, os sonhos e as convicções”. Neste registro, o chão seria mais amplo. Podemos dizer que o solo está contido no chão.

Neste sentido, ainda mais que o solo, o termo chão faz pensar em uma base de sustentação que em termos Heideggerianos, estaria mais próximo da condição básica do “habitar poeticamente” entre o céu e a terra. Isto é, como a superfície concreta e universal que temos sob os nossos pés, é passível de ser transformada pela ação humana e está ligada à nossa própria existência. (NOBRE, Ana Luiza. 2019. p 159)

Se, por um lado, nos estudos urbanos, este elemento está muito presente, referindo-se ao “parcelamento, à propriedade fundiária e ao uso”(NOBRE, Ana Luiza. 2019), por outro ele pode ser entendido também como um ser vivo, o que o aproxima de Gaia. E nesse sentido, seria passível de ser regenerado a partir das relações biogeoquímicas com o meio, como no processo de compostagem.

Mapa de brincadeiras com o chão

Mobilizado por esses questionamentos, e pelo interesse por compreender as relações que certas práticas de cuidado pudessem ter com o chão, partiu-se para a elaboração de um mapa que pudesse expressar essa relação a partir do vínculo, do sentimento de pertencimento. Chamado de Brincadeiras com o chão, este mapa foi realizado em quatro etapas, tendo a participação de seis crianças moradoras do Minhocão, Alice (7 anos), Arthur (7 anos), Bento (5 anos), Rodrigo (6 anos) Caique (10 anos) e Lucas (11 anos). A primeira etapa consistiu em uma caminhada, como uma expedição pelo nível térreo do edifício, com forte interesse em conversar sobre o que elas gostavam nas árvores, como elas percebiam o solo, quais animais elas encontravam. Nosso segundo encontro foi com o propósito de desenharmos juntas a partir da minha solicitação de que elas desenhasssem suas brincadeiras com o chão, pensando o brincar como uma atividade de prazer ao conhecer o mundo, os seres. Para desenharmos, distribuí folhas brancas tamanho A4 e uma caixa de lápis de cor e perguntei como eles brincavam com o chão, quais brincadeiras faziam sobre ele. Realizamos essa atividade sentadas no chão do corredor do quarto andar do prédio, durante 2 horas.

Após a brincadeira com os desenhos, digitalizei os desenhos feitos por elas, atentando para a textura do traçado, as cores e o sentido do colorido. Organizei com as legendas que tomei nota perguntando para cada uma o que havia desenhado e fiz impressão de várias cópias de cada desenho, recortando alguns detalhes e por vezes desmembrando desenhos que representavam mais de uma brincadeira. Então, em nosso último encontro, montamos sobre uma cartolina, na qual desenhei um contorno simples em planta do edifício e um risco onde o túnel atravessa o prédio, um mapa que localizava essas brincadeiras no território do Minhocão. Aspecto interessante desta etapa foi a impossibilidade de que as crianças compreendessem o contorno do prédio em planta, o que dependeu a princípio da minha tradução, colocando os desenhos onde elas falavam

que brincavam, mas que depois foram sendo livremente colocadas no mapa, o que começou a revelar não somente os pontos onde as brincadeiras ocorriam, mas também desejos, como jogar bola em cima do túnel, compartilhado por Lucas (11 anos), ou de colher flores em casa, Alice (6 anos).

Derivado de “vinculum” do latim, brincar significa laço, vínculo, como atenta Gandhy Piorski (2016)²³ e este significado orienta o desejo de sensibilização contido neste mapa. No início eu, enquanto cartógrafa, não sabia exatamente quais dados pretendia coletar ou o que desejava fazer ver, mas a partir do mapeamento foram emergindo minhas próprias memórias de maior contato com o chão do Minhocão, que faziam parte da minha infância. Memórias que antes de qualquer outra informação, são repletas de interações com outros animais e incluem subir em árvores, cavar buracos, e muitas experiências lúdicas que o Minhocão desperta, com seus sinuosos corredores, um andar inteiro de pilotis e uma floresta que, como revelam as fotos antigas, notadamente cresceu nos últimos 50 anos, protegida pela sombra projetada na encosta pela obra de Reidy.

Desta maneira, o mapa de brincadeiras com o chão acabou expressando de maneira lúdica o modo como o brincar é responsável pela dimensão afetiva do habitar, e como envolve criar vínculos com o chão para se reconhecer em seu território. Quando propus de sentarmos na terra, Alice (6 anos), me respondeu: “Mas aí é sujo, tia.” O que me deixou imediatamente atenta também para uma compreensão do solo com a qual este mapa precisava entrar em disputa.



(imagem 4)

A fala de Alice mostra como de fato pensar então o vínculo com o solo envolve reformular algumas compreensões hegemônicas que simplificam sua estrutura complexa e relacional, como um recurso finito e não renovável em uma escala de tempo humana que vem sendo tratado, em nosso tempo marcado pela tecnociência, como um elemento sujo, regulado de maneira utilitária quanto à sua fertilidade. Este manejo produz imensa exaustão nos seus ciclos bioquímicos, como elabora Maria Puig de La Bellacasa²⁴, no livro *Matters of care. Speculative Ethics in more than human world* (2017).

Frente a essa perspectiva, alguns projetos contemporâneos podem ser vistos como exercícios para mobilizar a potência relacional do solo urbano. O caso da horta comunitária de Manguinhos, de 2013, parte do projeto Hortas Cariocas, na cidade do Rio de Janeiro, e o projeto Amnésias topográficas, realizado em Belo Horizonte, em 2004 pelo escritório Vazio S/A, por exemplo. Cada um ao seu modo, ambos lidam com o solo tendo-o como elemento central para a regeneração do ambiente em que se inserem, agenciando um desejo primordial que é o aumento da biodiversidade.

A relação humana dominante com o solo tem sido para acelerar sua fertilidade com a demanda de produção. Mas hoje considerações públicas para solos estão mudando, em meio a preocupações de que eles têm sido maltratados e negligenciados pela unidade produtiva. Solos são percebidos como ecologias ameaçadas que precisam de cuidados urgentes e avisos sobre sua exaustão são marcados por preocupações sobre um futuro sombrio que nos leva a agir agora. (DE LABELLACASA, María Puig *Matters of care. Speculative Ethics in more than human world*. 2017. p23, tradução nossa)

Construídas em baias de alvenaria convencional, com 50cm de largura, 40cm de altura e comprimento variável, a horta comunitária de Manguinhos é cultivada e comercializada dentro da comunidade por e para moradores. O foco do projeto é de estabelecer medidas que garantam empregabilidade, capacitação e acesso à alimentação saudável, orgânica e de baixo custo. A escolha do caso de Manguinhos tem a ver com o histórico e a localização das baias de cultivo, que ocupam a base de uma rede elétrica de alta tensão e que antes era uma área com alto grau de degradação, que segundo moradores era região de depósito de lixo e entulhos. Para implantação das hortas, a primeira ação foi de remover a camada de solo contaminado em toda área do baixo da rede elétrica, não apenas nas áreas de plantio. Após foi adicionada uma camada de composto orgânico, sobre o qual foram construídas as baias para receber as mudas.

O projeto acontece com forte sensibilização comunitária, em contexto de precarização da habitação, em solo urbano muito violentado também na sua dimensão geográfico-social e que vem sendo remediado,

24 DE LABELLACASA, María Puig *Matters of care. Speculative Ethics in more than human world* (2017). University of Minnesota Press

presentando com alimento famílias em insegurança alimentar graças a uma atividade cotidiana, mantida numa relação de vizinhança e participação. Deste modo, as experiências de hortas urbanas, feitas e mantidas pela lógica do comum que comuna heterogêneos, semeiam uma outra maneira de se vincular ao chão, cultivar o solo.

Tendo uma dimensão mais evidente de projeto arquitetônico, agenciando o conceito de paisagem a partir do desenho, o projeto Amnésias Topográficas, mais especificamente a sua continuação Amnésias Topográficas II, foi pensado como cenografia e espaço de um espetáculo teatral do grupo de teatro de rua Armatrix, de Belo Horizonte (MG). O projeto constrói passarelas, escadas e um jardim, apoiados nas estruturas de vigas e pilares de um conjunto de edifícios em um bairro montanhoso em BH, a fim de tornar os vãos entre o solo e alta cota até o primeiro piso, decorrente da topografia e tidos como espaços negativos da cidade em zonas apropriáveis.

O interesse por esse projeto tem a ver com a operação de recobrir o solo com fibra de coco (Fig.08) como uma maneira de curar o solo altamente degradado pelo descuido, ausência de sol ou fluxo de matéria orgânica decorrente da projeção do edifício, e viabilizar o plantio de gramíneas. A tela de fibra de coco transforma a encosta infértil de escombros em uma espécie de jardim de daninhas de rápido crescimento, que também são usadas em caixotes típicos de feiras livres, criando volumosas áreas de capins (Fig 09).

O uso da fibra de coco, revestindo o terreno árido, é como um abraço, defendido no projeto como um ato de recuperação ambiental, relacionando arquitetura e paisagismo. Nesta direção, o projeto interessa também por colocar a arquitetura e o fazer arquitetônico como ofício de cuidado e responsabilização pelo planeta com e no qual vivemos.

Em ambos projetos, o solo é mobilizado por seu caráter cultivável, como a base na qual outras espécies se fundam e se nutrem. Esses exemplos podem semear outras formas de lidar com o solo para além da funcionalidade, de ser inevitavelmente o destino dos esforços de uma edificação. Possibilitam despertar um olhar atento ao caráter vivo do solo e desta maneira mediar o grau de violência que a arquitetura e práticas urbanas podem impor ao solo em que se situam.

Diante desses aspectos, observar o Conjunto Residencial Marquês de São Vicente pela perspectiva de como ele se relaciona com o solo e como os moradores se relacionam com o edifício e seu território, pode estimular outras narrativas. Assim, pensar a regeneração a partir do cuidado, não pretende resumir a produção modernista à violência, mas dar visibilidade ao modo como ela, no caso do Minhocão, é apropriada por seus habitantes (humanos e não humanos) no presente e atentar para como o edifício é hoje, abrigo para uma outra paisagem, que se distingue da concebida em projeto.

Minhocão como célula-tronco

Vindo da biologia, o termo regenerar tem a ver com uma autonomia do corpo em reconstruir partes feridas, degradadas. É a possibilidade de recriar tecidos, retornar ao corpo íntegro. A partir da descrição feita por Fabio Rubio Scarano, usaremos a ideia de célula-tronco para observar como as práticas de cuidado aqui entendidas pela definição feita por Joan Tronto e Berenice Fisher (1990) podem possibilitar que o Minhocão seja considerado uma célula regenerante no planeta. As células-tronco são as responsáveis pela regeneração nos organismos, produzindo novas células. Desta maneira, tratar o edifício como célula-tronco pode ser uma maneira de semear e incentivar que outros territórios sejam experienciados a partir da ativação cuidadosa e generosa de seus habitantes.

Como uma espécie de atividade que inclui tudo que fazemos para manter, continuar e reparar nosso “mundo” para que possamos viver nele o melhor possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nossos selfs, e nosso ambiente, tudo o que buscamos entrelaçar numa complexa rede que sustenta a vida. (TRONTO, Joan; FISCHER, Berenice, 1990)

Evidentemente que a arquitetura por si só não garante a regeneração dos sistemas degradados por um conjunto específico de ações humanas, hegemonicamente ocidental, masculina e branca. Porém, a arquitetura constitui o ambiente no qual desenvolvemos nossas comunidades, relações de vizinhança e de cuidado, que integram um organismo cheio de agentes vivos e não vivos.

Tratar da questão do cuidado envolve investigar contornos para uma palavra muito presente e cotidiana, da qual todos e todas precisamos e que pode expressar um sentido duplo, primeiro de atenção, expressando um alerta, um sentido exclamativo, e outro que nomeia uma atividade ampla e extensa de agir para o bem comum, que depende do afeto e da partilha do sensível. Pensar o cuidado, em um período de tantos desastres sociais e ecológicos a partir da arquitetura, pretende assim atentar para o fato de que arquitetura pode e deve ser um ofício de cuidar, aspecto que tem ganhado dimensão, mas que por muito foi negligenciado.

O conceito de cuidado foi elaborado de modo mais sistemático pela teoria feminista das últimas duas décadas por autoras como Joan Tronto e Carol Gilligan, identificando como a precarização dos cargos e funções de cuidar foram relegados às mulheres e principalmente mulheres negras, o que torna o cuidar, uma atividade essencialmente política. A noção encontra correspondência, no entanto, em outras cosmovisões, como dos povos indígenas guarani, que segundo Jera Guarani²⁵ (2022), partem da concepção de teko Porã, tendo como possível tradução a ideia de bem viver, que equivale a “conseguir manter-se nos conceitos de vida dentro do estado de suficiência – estar suficiente, primeiro, para você mesmo, sem excessos” (GUARANI, Jera. 2022). Nesse sentido, o cuidar é ensinado e transferido através das gerações, compreendendo todas as experiências de vida, o planeta, criança e idosos.

25 GUARANI, Jera. Para nós, o futuro é indígena. in Habitar o Antropoceno / organizado por Gabriela Moulin, Renata Marquez, Roberto Andrés, Wellington Cançado – Belo Horizonte: BDMG Cultural / Cosmópolis, 2022.

Desta maneira, constatando a necessidade de cuidar e regenerar Gaia, o trabalho passa pelo questionamento feito por Fabio Rubio Scarano (2021)²⁶: se Gaia é um supraorganismo e um holobionte, seria apropriado perguntar quais são suas “células” de regeneração. A fim de identificar quais são hoje os ativadores da regeneração, como células-tronco, capazes de gerar outras células. Tomar o Minhocão como uma célula-tronco, então, é entendê-lo como um conjunto de espécies que atuam como sistema reparador, garantindo a geração e/ou manutenção de mais espécies e proteção dos serviços ambientais vitais aos seres humanos e não humanos.

Mapas de cuidado com o solo

Diante deste instigamento, me propus a desenvolver mapas que tornassem visíveis e valorizassem atividades cotidianas de trabalho de cuidado no Minhocão. Atividades que tenham por princípio uma responsabilidade coletiva, de disponibilizar carinho com relação ao solo. Práticas que ativam a possibilidade do edifício ser lido como uma célula-tronco, capaz de contribuir para regenerar a arquitetura, a cidade e no limite o planeta, dos desastres que tem se intensificado.

A partir da minha vivência como moradora do prédio, identifiquei seis moradores e moradoras que desenvolvem, por sua conta, atividades regulares em seu cotidiano que empenham um desejo de manter e curar o ambiente em que moram. São eles Lúcia (55 anos), Maria Alice (63 anos), Seu João (68 anos), Paulinho (57 anos), Dona Elisa (65 anos) e Jorge (71 anos) e suas atividades incluem plantio, coleta de resíduos, trilha e compostagem, e foram sendo acompanhadas por breves entrevistas e encontros nos quais eu me colocava à disposição para integrar e ajudar nestas atividades.

O primeiro mapa, chamado Zonas de cuidado, tem por desafio compartilhar, dar a ver essas atividades, que acontecem em áreas mais ou menos delimitadas do território do Minhocão, com contornos variáveis, regularidades particulares e interesses diversos. Após a identificação destes agentes, solicitei que eles marcassem, sobre uma base de satélite impressa em A4, a zona onde realizavam suas atividades e posteriormente digitalizei esses contornos sobre a mesma base e trabalhei a fim de colocá-los todos em um mesmo plano, a fim de colocá-los em relação entre si, e organizar um quadro que mostrasse a coexistência de atividades heterogêneas. Em poucas perguntas, tomava notas sobre idade, há quanto tempo moram no prédio, qual interesse tinham em suas atividades, e assim, desenvolvi um segundo mapa, que indica em qual

26 SCARANO, Fabio Rubio. Regenerantes de Gaia. Rio de Janeiro: Dantes Ed. 2019.

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

ponto do edifício moram esses cuidadores, e quem são.



(imagem 5)



(imagem 6)

Após apresentar as zonas e os cuidadores, foi preciso expressar de maneira mais sensível suas atividades, retirar ações tão gentis, feitas por pessoas conhecidas do modelo de manchas sobre o plano do mapa, e mostrá-las realizando suas atividades de cuidado. A partir disso, fui de certa maneira “explodindo” as zonas em imagens. Usando fotografias feitas por mim destas atividades, relacionei elas às suas zonas, desenhando por cima elementos que interessavam ao tema do trabalho, às vezes apenas contornando, às vezes

10ª ReACT

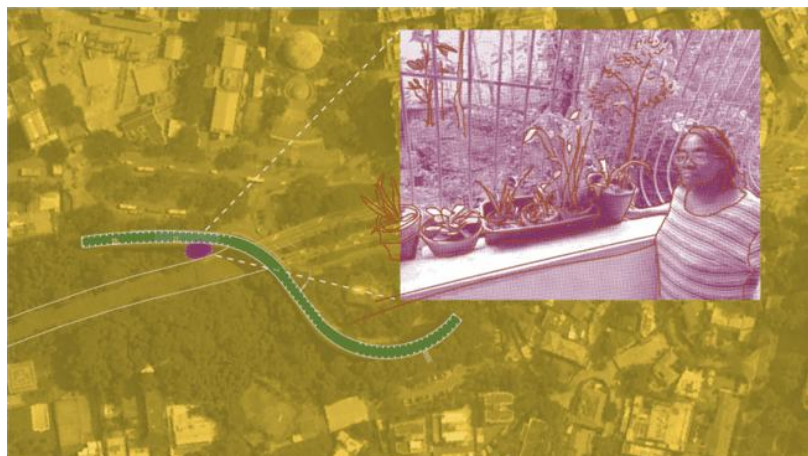
REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

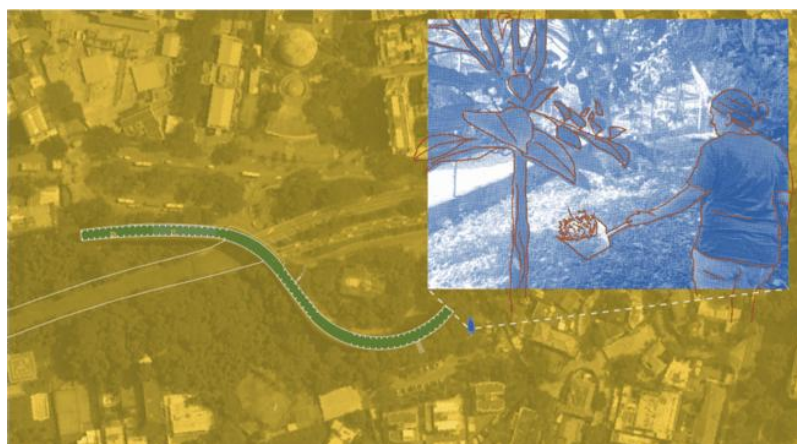
adicionando elementos que não constavam na fotografia. O resultado são sete pranchas, que podem ser entendidas como camadas de um mesmo mapa.



(imagem 7)



(imagem 8)



(imagem 9)

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ



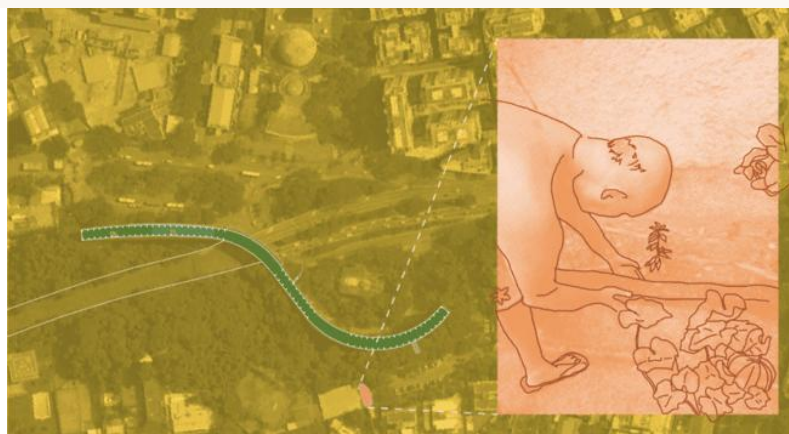
(imagem 10)



(imagem 11)



(imagem 12)



(imagem 13)

Nestes mapas, o desejo foi chamar atenção para o grau de sensibilidade e importância que práticas cotidianas realizadas a fim de manter e curar os sistemas vivos na “célula-tronco” do Minhocão podem ser essenciais não só para regenerar a arquitetura, como o senso de comunidade que ela constrói, e que no caso do Conjunto do Minhocão é muito presente, considerando que esta dimensão pode ser reafirmado tendo que o pensamento estruturante para os conjuntos do DHP de Reidy e Carmen Portinho prezavam pelo senso de comunidade e tendo notável atenção ao contexto geográfico.

Dado importante a ser destacado é que as atividades de mapeamento ao longo da pesquisa passaram a expressar mudanças reais no modo com que esses vizinhos me percebiam e também a si mesmos e suas atividades. Ter suas atividades noticiadas, desenhadas e valorizadas foi surpreendente para todos, sem exceção, o que foi muito expressado nas entrevistas. Fui percebendo que esses cuidadores e cuidadoras de certa maneira já se reconheciam em torno de um interesse comum, e sempre que eu contava sobre a pesquisa, eles indicavam uns aos outros, indicando uma compreensão ampla de cuidado. Esses aspectos podem ser registros da cartografia como uma atividade de pesquisa-intervenção, que ao colocar essas ações e pessoas em contato, cria um vínculo que potencializa os objetivos do mapa e principalmente a regeneração do Minhocão. Um exemplo é a atividade de compostagem que eu mesma iniciei no Minhocão graças a esta pesquisa, ao me dar conta da aridez do solo e da quantidade de lixo e resíduos de toda a espécie acumulados na encosta e no nível térreo. Entendo compostar como a ação máxima de regenerar o solo, pois torna solo fértil uma matéria orgânica que iria para o sistema comum de tratamento de resíduos, ou seria simplesmente jogada no chão, poluindo o ambiente. Minha intenção é distribuir o adubo resultante da compostagem entre as zonas de cuidado donde há plantio, reconfigurando minha própria atividade como arquiteta e cartógrafa como uma espécie de ativismo comunitário.

Mapa regenerando com espécies companheiras

A partir desta rede de vida e não vida que o solo tece, para encerrar esta etapa do trabalho, elaborei um último mapa que tem por desejo evidenciar a diversidade de seres que coabitam o Minhocão, reforçando a ideia de que a arquitetura é também um dispositivo interespécie. Este mapeamento me acompanhou por quase todo o trabalho, inserindo novos seres, traduzindo novas compreensões e ganhando complexidade, e que de maneira muito bonita tem como destino nunca acabar, sempre aberto a novos seres, novas raízes, novos elementos.

Inspirado pelo ecomapeamento *Multispecies resistance*. A cartography of Love & Disaster (fig 23), um mapa de relações ecológicas tendo como território o continente europeu, que intenciona chamar atenção para a dimensão do Amor e do Desastre que coexistem, representando uma infinidades espécies que são tratadas como vizinhas, iniciei este mapa com a ajuda da Bianca Ortiz e de Pablo Piñar, estudantes de ciências ambientais, mapeando espécies vegetais presentes no conjunto do Minhocão. Após listá-las com seus respectivos nomes científicos, fui tomada pela necessidade de que o mapeamento abrigasse também espécies animais que eu encontrava pelo prédio. Diante desse escopo, o mapa foi ganhando profundidade e seu objetivo de localizar perdeu força e o que mais ganhou tamanho foi a intenção de criar uma imagem forte e viva, que ilustrasse essas espécies em suas correlações. Atento à questão da regeneração a partir da questão da coabitação multiespecífica, este mapa soma elementos gráficos, correlações e personagens que habitam os mapas anteriores, com o desejo fundamental de apresentar uma imagem-desejo.



(imagem 14)

Considerações finais

Tratar do cuidado com o solo num clássico da arquitetura modernista para habitação popular a fim de semear uma discussão sobre o que pode ser a regeneração em arquitetura em um período tão crítico constitui um desafio que convoca a pensar em muitos agentes, seres, elementos, vetores, materiais e relações. Este pensamento, em muitas direções e sentidos, é aterrado em alguns pontos sensíveis que conduziram esta pesquisa-intervenção através de uma condição especial de campo, que é a de trabalhar em meu próprio território.

A regeneração, então, tem a ver com uma dimensão a ser potencializada no fazer da arquitetura, que é a da apropriação, participação e principalmente uma maneira de tornar a obra arquitetônica, tão estável e inviolável pela perspectiva moderna, em um suporte sensibilizado pelo fazer cotidiano. Um fazer transversal ao projeto, como uma planta que nasce nas frestas, as aranhas que tecem suas redes nas quinas das estruturas, na ação de cuidar da vida no território construído pela arquitetura. Essa lente faz com que a regeneração, como vimos, se diferencie radicalmente de projetos de reforma estrutural, restauração ou revitalização, que se dão de maneira institucional e hierarquicamente, a fim de restituir feições originais da obra arquitetônica a partir de um olhar técnico.

Assumir o cuidado como a ação primordial num processo de regeneração, exigiu primeiro a difícil tarefa de dar algum contorno para o que é o cuidado. Palavra tão comum que às vezes parece evidente, mas surpreende por sua opacidade. Se por um lado o cuidado é entendido como uma tarefa de manutenção, ele também envolve um interesse genuíno pelo comum, pela atividade de garantir saúde, conforto, vida. Então cuidar na arquitetura pode significar fazer do ofício, desde o projeto, uma investida radical na garantia de habitar um solo comunal na diversidade. O que, como vimos no caso do Conjunto do Minhocão, ultrapassa drasticamente a dimensão do projeto, por meio de atividades espontâneas e de baixo para cima que ativam a transformação da arquitetura em território, estabelecendo correlações que se estendem a outras espécies, humanas e não humanas, vivas e não vivas..

brincando com as escalas e os planos que compõem essa arquitetura em regeneração, tendo seu solo generosamente sob cuidados.

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

